

A rede de proteção e a construção da subjetividade de crianças e adolescentes

João Clemente de Souza Neto¹

O objetivo deste artigo é descrever a construção da rede de proteção de crianças e adolescentes na cidade de Diadema e o modo pelo qual esse processo se transforma numa ferramenta pedagógica, capaz de despertar o sujeito para a autonomia, a criatividade e a capacidade de fazer escolhas. Nesse cenário, emerge uma nova concepção de homem público e de cidadania, uma forma de “competência politizada [...] em oposição à cultura tecnocrata em seu viés despolitizado” (Manzini-Covre, 1996:77). Uma outra questão é a busca dos motivos que conduzem determinadas crianças e adolescentes a transformar em vantagens as fragilidades do seu cotidiano. Quais seriam as bases da renovação das biografias e da construção de caminhos bem sucedidos em pessoas submetidas a revezes de tal monta que poderiam facilmente aniquilá-las? Acreditamos que o conteúdo central dessas categorias e questionamentos deve se circunscrever na ética da amizade ou na política da vida.

Relações de solidariedade, amizade, justiça e confiança, geradas no cenário das tragédias, promovem um certo tipo de subjetividade. Como tem demonstrado a história da humanidade, a práxis de um compromisso com a construção de experiências humanas marcadas pela solidariedade é uma estratégia importante na superação das adversidades humanas. Por este foco, é possível observar que a formação da subjetividade lança raízes no entrelaçamento de diferentes acontecimentos ou territórios, do objeto transicional à dinâmica da cidade e das relações cotidianas. Neste sentido, concebemos o sujeito como aquele que é capaz de produzir uma reação que altera os padrões sociais ou que busca resistir e encontrar linhas de fuga, ou, ainda, que consegue responder a uma realidade social e cultural cotidiana em mudança. Podemos compreender melhor essas facetas ao analisar a construção da rede de proteção de crianças e adolescentes.

A rede de proteção a que nos referimos tem sua base no *Estatuto da Criança e do Adolescente* - ECA, artigo 86. Nossa perspectiva, contudo, procura ir além, uma vez que vemos a rede de proteção como um conjunto de ações justapostas, sobrepostas e articuladas, que abrangem as políticas, a construção da subjetividade e as relações intersubjetivas. A pessoa humana necessita da garantia dos direitos sociais, bem como de relações humanas saudáveis, fundadas na experiência do amor, da amizade e da ética. Estudos de Heller sobre o instinto humano radicado em *drives* constituídos de impulsos e motivações contêm fundamentos para a análise da interferência recíproca entre a objetividade e a subjetividade. É nessa correlação que as pessoas se apropriam dos diferentes territórios no cotidiano, assimilam e modificam conteúdos e encontram formas de reagir à dominação e à opressão, de satisfazer suas necessidades e carecimentos radicais. Elas se firmam no pragmático, no desejo e no imaginário, muito mais do que numa racionalidade científica. Defino esse mecanismo de estratégia de sobrevivência no cotidiano entendido como *locus* peculiar da construção da subjetividade. Ele adquire visibilidade, quando se transforma em políticas públicas pela ação de lideranças públicas comprometidas com o desenvolvimento humano.

A rede de proteção pode contribuir para que os sujeitos envolvidos tenham condições de criar e encontrar sentido na vida e na história, de elaborar um projeto de vida. É necessário descrever experiências de redes de proteção, para formular um paradigma que dê conta da realidade de crianças, adolescentes e famílias que têm os direitos violados, assim como da realidade dos violadores de direitos. A proposta da rede de proteção é pedagógica no sentido de propiciar uma alternativa alternativa de conquista e construção de um espaço de cidadania, à

¹ Professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie, professor da UNIFEO, Coordenador da Pastoral do Menor da Região Episcopal da Lapa, consultor da PRATTEIN – Consultoria em Educação e Desenvolvimento Social.

medida que permite capturar as dimensões de subjetividade e objetividade do sujeito, perscrutar sua formação, interferência e interdependência recíprocas. No cotidiano dessas redes, o corpo e o espírito adquirem vida. Nelas, o “Zé Ninguém” (cf. Reich, 1993:22) encontra um lugar para falar e ser escutado, perder o medo de tudo e de todos, aprender a lançar-se para a vida, olhar para si, sem fugir de si mesmo, recuperar a coragem de lutar por seus direitos e de viver a liberdade de modo criativo (cf. Gramsci, 1978:42). Numa prática de abertura que desestrutura a negação dos sonhos elas devem contribuir para que o sujeito seja capaz de lutar pelos ideários pessoais e da humanidade, de sustentar o patamar de cidadão e de refletir sobre sua história como estratégia para evitar que se instaurem projetos de dominação.

A rede de proteção para crianças e adolescentes que têm os direitos violados ou que se encontram em situação de vulnerabilidade pessoal e social, dependentes de abrigos ou de outros serviços sociais, requer um orientador, educador ou liderança comunitária, com uma boa formação humana, que possa compreender os emaranhados da situação de abandono. A criança e o adolescente têm necessidade de compreender o porquê de sua situação, para que não se sintam culpados e abandonem o protagonismo de suas biografias. Um bom formador pode ajudar

“[...] a criança a colocar seus sentimentos em palavras e a elaborá-los, de forma que ela possa aceitar realmente a situação. Entregue a si mesma, a criança provavelmente permanecerá neste conflito emocional confuso, o que pode resultar em incidentes [...] Não raro as crianças suporão, por exemplo, que seu lar se desfez devido ao seu mau comportamento ou que foram mandadas embora como castigo” (Bowlby, 2002:140).

A idéia de que o homem faz a história e o cotidiano dentro de certas circunstâncias não o elimina da história e nem exclui o papel da infra-estrutura; ao contrário, compreende a história enquanto resultado das formas pelas quais os homens se organizam para manter a vida. Em decorrência, a cidadania é um processo inventivo, em que cada um dispõe de oportunidades para o autodesenvolvimento. Essa noção permanece controversa e distante de um consenso. Centrar a categoria sujeito nos partidos, nas lutas de classes, nas estruturas, pode levar à exclusão da ação humana e dar margem à apreensão da cidadania restrita à relação do indivíduo com as instituições. Para se

“[...] compreender a formação do ser desejante, cabe aproximar-se do entendimento psicanalítico possível dos mecanismos da construção da subjetividade [...] Uma vez compreendido o ser desejante, pode-se especular sobre essa pessoa poder vir ser ator de práticas sociais [...] Aqui chegando, reitera-se, já existiria então como sujeito provisório no que pode se ter como o sujeito-em-constituição ou em construção na contemporaneidade” (Manzini Covre, 1996:98).

O que propomos é um sujeito em construção, que se altera e muda seu cotidiano de acordo com suas relações.

1. Os conselhos e a construção da política da vida ou da amizade no Brasil

Para concretizar os ideários de igualdade, fraternidade e justiça social, as forças sociais que atuam no município devem criar uma rede de proteção fundada na ética, na transparência e no direito, que produza serviços de atendimento público de qualidade. Esses pressupostos têm como conseqüência o emergir de uma ferramenta pedagógica que pode despertar o sujeito público caracterizado pela politicidade. Os conselhos, sobretudo o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, têm caminhado bastante nessa direção, constituindo um espaço de alargamento da democratização do poder público. À medida que os princípios do ECA se consolidam, mais se evidencia o papel da rede de proteção, cujos gestores são os conselhos.

O desafio que enfrentam as políticas sociais em todo o Brasil é a promoção da justiça distributiva, na linha do que Oliveira (1988) denominou de antivalor. Quando prevalecem a desigualdade e a exploração, os direitos sociais só aparecem no discurso e nas leis, sem realizar as transformações sociais. Os conselhos têm o papel de aglutinar forças para reverter a dinâmica das políticas sociais que funcionam mais como reprodutoras da desigualdade. No município, os conselhos são organismos que buscam agregar as forças sociais e canalizá-las para mudanças sociais.

Os conselhos são espaços públicos diferenciados, “[...] órgãos deliberativos e controladores das ações [...] em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária, por meio de organizações representativas” (ECA, Artigo 88, Inciso II). Constituem arenas de negociação que podem ser compreendidas e assimiladas pela sociedade como instrumentos de conquista e implantação de novos programas sociais que respondam as suas necessidades efetivas. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA é um canal jurídico que confere exigibilidade às organizações e à população para cobrar do poder público a implantação e o implemento das políticas de atendimento à criança e ao adolescente. Os CMDCA, conforme descritos no ECA, são responsáveis, em cada município, pela articulação e formulação das redes de proteção, que são constituídas por um conjunto de ações. Eles dão certa visibilidade às lutas políticas, uma vez que sua natureza é influir nas decisões do Estado, por meio de reivindicações ou de indicação de caminhos.

“O conselho não quebra o monopólio estatal da produção do Direito, mas pode obrigar o Estado a elaborar normas de Direito de forma compartilhada [...] com a sociedade civil. [...] Os conselhos devem se deter, também, sobre medidas que visem ao reordenamento institucional dos órgãos da administração pública responsáveis pela execução das políticas sociais dentro do seu campo específico de intervenção.” (Moreira, em Dagnino 2002:50.)

O fato de serem espaços públicos não significa que os conselhos resolverão todos os problemas do processo de democratização ou impedirão as violações de direitos, ainda mais quando pesa na balança o autoritarismo tradicional da cultura política brasileira, que traz certas fragilidades e limites a sua atuação. Eles se apresentam como ferramentas para construção de uma sociedade mais equitativa, num processo participativo de avanços e recuos, de continuidade e descontinuidade, de ruptura e retrocesso. Uma conselheira da Região Oeste da Grande São Paulo assim descreve sua percepção dos conselhos:

“Temos que discutir a noção e a atribuição dos conselhos. Apesar de seus limites, é um modelo que foi adotado na Constituição e no Estatuto, para conquistar, garantir e transformar a cultura de negação de direitos em democracia. É uma prática democrática que é resultado de um processo histórico que precisa ser aperfeiçoado. Um dos maiores limites é que nem o poder público e nem a sociedade conseguiram assimilar a proposta do conselho. O conselho não é uma coisa privada, um espaço de amigos. É um espaço que concretiza as lutas em favor dos excluídos. As autoridades não respeitam os conselhos, nem mesmo a sociedade. [...] as conquistas dos conselhos são também dos trabalhadores e excluídos. Como quem está no poder só pensa em si, não vai aceitar as propostas do conselho. Mas, aos poucos, vamos mudando esta visão.” (Dep., Conceição, 10/05/2003.)

O depoimento mostra que uma concepção de fundo coronelista, presente nas políticas municipais, trava o avanço da democracia. Este é um dos obstáculos à conformação de um padrão de políticas sociais suficientemente competente para reduzir a desigualdade social e avançar por caminhos democráticos. Talvez uma das maiores dificuldades nesse campo seja que pessoas e instituições, muitas vezes, usam esses espaços como moedas de troca e braços de interesses políticos e econômicos. Daí o desafio de fortalecer mecanismos institucionais de gestão pública para que sejam capazes de superar e romper a dinâmica de reprodução e produção da exclusão social no Brasil (cf. Pochmann, 2003:33). A novidade que os conselhos podem trazer para as políticas sociais é a da escuta, do diálogo com a população e os usuários. Esta idéia

perpassa os textos de Manzini-Covre (1993; 1996).

A subjetividade é uma força impulsionadora construída no decorrer da existência. Para se desenvolver, o sujeito necessita de escoras e de estrutura interna, conjugadas de modo a fortalecer o nascimento do sujeito criativo, empreendedor e ético. A organização social está dentro e fora da subjetividade do indivíduo, a qual, por sua vez, também afeta as organizações sociais. Não há mudanças no cotidiano e na história sem a participação do sujeito que, nesse processo, produz sentidos. Isto se destaca no depoimento de um migrante nordestino:

“Graças à ajuda do Estado, eu pude estudar. Tenho dentro de mim uma força que luta para superar toda dificuldade. Tem dia que não tenho dinheiro para pagar o ônibus para vir à escola. Ando duas horas a pé. Gasto todo meu dinheiro pra estudar. Às vezes, não tenho nem tempo de sair com minha mulher. [...] Mas espero terminar o curso e voltar pra minha terra, e lá ajudar as pessoas a descobrirem o gosto e o prazer de conhecer o mundo. [...] Meu pai e meus primos, quando vou lá, ficam me perguntando o que é a universidade. Eu falo das amizades.” (Dep., pedagogo Raimundo, 2002.)

É nas brechas das lutas por melhores condições de vida que pessoas como Raimundo encontram estratégias para alterar seu cotidiano. Concordamos com a idéia de Montaigne (em La Boétie, 1986:209) de que “as puras amizades que fazemos suplantam aquelas que nos unem pela comunicação do clima e do sangue. A natureza nos põe no mundo livres e sem cadeias; somos nós mesmos que nos aprisionamos nos lugares”. Livres por natureza, criamos mecanismos de aprisionamento e sistemas de exploração, e julgamos, assim, satisfazer nossas necessidades. A política de municipalização em que acreditamos é a da vida ou da amizade, com a finalidade de propiciar ao indivíduo a liberdade e a autonomia. Os processos de participação e de construção da subjetividade, pautados na ética, ensinam que a justiça, a liberdade e o desejo nunca morrem, só ficam adormecidos. Vez a vez, despertam e se recriam pela ação das forças sociais e de sujeitos voltados para a política da vida ou da amizade, que foge à servidão.

Para autores como La Boétie, Gramsci, Luxemburgo, Giddens, Heller, Deleuze, Guattari e Manzini-Covre, a politicidade não é somente uma ação transformadora das relações sociais e culturais, mas também da subjetividade. Como demonstram pesquisas de Manzini-Covre (1996) e Souza Neto (1993; 2002), fracassam políticas sociais monopolizadas pela transformação do meio, sem atender aos anseios subjetivos. A experiência de Diadema pode mostrar a concretização desse princípio. A política da vida ou da amizade produz subjetividades saudáveis que sabem viver com as diferenças e evitar a destruição de pessoas e seres vivos. Ela convoca e procura dar condições ao sujeito guerreiro que luta pela *res publica*. É uma utopia a ser circunscrita e construída no cerne das relações sociais, das correlações de forças sociais e da intersubjetividade. Seu *locus* privilegiado de concretização é o município, onde estabelece relações mais fecundas entre governo e governados. Sua perspectiva não é eliminar conflitos e contradições sociais, mas sim qualificá-los, sem nunca se transformar em instrumento para legitimar práticas de exploração ou justificar o desenvolvimento do capitalismo em detrimento do social. O bem-estar social no município não se realiza apenas via eleições, comícios e propaganda. Acreditamos que todos podem adquirir e desenvolver a auto-ética. Sujeitos com dificuldades para assimilar a bioética devem ser orientados até conquistar essa condição humana.

A tradição marxista-gramsciana contém um balanço crítico, teórico-metodológico, das concepções dos direitos humanos e da democracia, que, muitas vezes, estão mais a serviço do capital e da classe dirigente. Gramsci, em 1919, perguntava-se como unir o presente ao futuro, respondendo às necessidades do presente e disciplinando e trabalhando com as forças sociais para criar uma sociedade mais justa e antecipar a realização das utopias libertárias. O processo de municipalização tenderá a ser bem sucedido quando fizer “[...] convergir sobre seus termos a atenção dos companheiros e das associações. Somente mediante um trabalho comum e solidário de esclarecimento, de persuasão e de educação recíproca, nascerá a ação concreta de construção” (Gramsci, 1981:33). Isto significa política da vida ou da amizade. Defendemos que os conselhos

e o processo de participação nos municípios brasileiros devem se libertar da cultura autoritária e do projeto político de corrupção e de exploração dos coronéis, da classe dominante e dos amantes da necrofilia, que impedem a concretização da vida.

O sujeito e a sociedade não se constroem somente com normas internalizadas, mas também pela experiência do amor que é condição para o desenvolvimento dos talentos humanos. Amamos valores, lugares, Deus e os animais. Mas só o amor de pessoas “[...] é que satisfaz a necessidade de amor (de amar e ser amado), [...] o amor a pessoas estabelece e restabelece a ligação humana. [...] Formulando isto mais cuidadosamente, a ligação humana é a ligação que pode transcender a determinação social, embora não o faça normalmente” (Heller, 1998:427). A política da vida tende a desenvolver laços humanos saudáveis para que o indivíduo, desde criança, perceba que a felicidade do outro é também a sua. Estar ligado a um ser humano significa estar conectado com a raça humana e o cosmos. A concretização da vida depende das políticas sociais. Entretanto, a vida não se reduz a elas. Os laços de amor e de solidariedade no município permitem ao sujeito satisfazer seus carecimentos. Por este olhar, novamente se evidencia a necessidade de intercâmbio entre subjetividades e meio ambiente, para o desenvolvimento da personalidade.

A construção de um modelo de políticas sociais que tenham por objetivo a cidadania da criança e do adolescente pressupõe: a) vontade política para formulação de políticas sociais que garantam o bem-estar, superando concepções clientelistas e populistas que constituem uma tradição na política brasileira; b) articulação interinstitucional e propostas de trabalho integrado, em vista da superação de paralelismos e superposições de programas (cf. Costa, 1995:46); c) prioridade das ações voltadas à criança e ao adolescente, frente à impossibilidade de atendimento de toda a demanda reprimida da população; d) capacitação de agentes, profissionais, políticos e educadores da área das políticas sociais dirigidas à população infanto-juvenil; e) disponibilidade de recursos físicos e materiais, prédios e equipamentos; f) mecanismos de acompanhamento e critérios de avaliação da ação estabelecidos com objetividade; g) definição de quem controla e acompanha os programas; h) criar espaços de escuta e diálogo.

As transformações, o emergir do novo dependem da intervenção humana. As soluções encontradas têm um certo tempo. Depois, surgem outras necessidades, que requerem novas soluções. Por isso, dizemos que a práxis criadora é permanente. Os conselhos e os movimentos que lutam pelos direitos sociais devem sempre percorrer um movimento criador. Quando se burocratizam, perdem a força. O ordenamento burocrático só se justifica quando a vida não reclama novas soluções. Num primeiro momento, as soluções são sempre repetidas. Numa nova etapa, há necessidade de se encontrar novos caminhos. A realidade brasileira não é somente construída pelo caos, pelo fracasso, mas também por possibilidades e potencialidades. Nela, a política da vida está sendo desenhada por meio das práticas de solidariedade, dos movimentos em prol da democracia e da garantia de direitos, e dos conselhos, nos âmbitos federal, estaduais e municipais. Mesmo que tênues em todo o Brasil, estas ações formam padrões dinâmicos da vida social, que reúnem condições para aglutinar e oferecer à sociedade um espírito de entusiasmo e de vontade operativa em busca de mudanças que proporcionem a redução da desigualdade social.

Para reverter o quadro do mal-estar social, investe-se nos conselhos. Acredita-se que existem mais de 27 mil conselhos distribuídos em mais de 5.500 municípios.² Além destes, existem os conselhos nacionais, estaduais e os do Distrito Federal. Diante desses dados, podemos crer que existem cerca de cinco conselhos em cada município. No território brasileiro, são aproximadamente quatro mil e trezentos CMDCA's e uma média de três mil conselhos tutelares.

² Fonte: IBGE. Diretoria de Pesquisas. Departamento de População e Indicadores Sociais. Pesquisa de Informações Básicas Municipais 1999.

2. O papel do abrigo na organização da rede de proteção da criança e do adolescente em Diadema³

A rede de proteção à criança e ao adolescente começou a ser organizada na cidade de Diadema por volta de 1980, antes da aprovação do ECA, a partir das entidades assistenciais e movimentos sociais que interagiram com as crianças, adolescentes, o poder público e as lideranças comunitárias da cidade. Na série dos bons encontros de cidadania (cf. Manzini-Covre, 1996) que aconteceram no município, o Lar de Menores São José, LMSJ, tornou-se um espaço de referência para a população infanto-juvenil cujos direitos eram violados, inserido num movimento de feição dialética (cf. Lefebvre, 1974:30-31), que resultou na constituição do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Diadema, CMDCAD, gestor da rede de proteção.

A cidade de Diadema, entre 1978 e 1981, época em que nasceu o LMSJ, era marcada por um conjunto de mazelas sociais,⁴ cujas maiores vítimas eram crianças e adolescentes. Esta realidade sensibilizou e forçou a comunidade a buscar a ajuda de empresários, autoridades e outros segmentos sociais. O cenário social do país repercutia na cidade e no cotidiano da população mais vulnerável, exigindo respostas criativas para garantir sua sobrevivência, até o ponto de sensibilizar mesmo os responsáveis pela fábrica da miserabilidade. Diante dessa realidade, a entidade passou a ser um instrumento que podia garantir, pelo menos, um mínimo de satisfação de seus carecimentos. A líder comunitária e fundadora do LMSJ, D. Lázara Silveira Pacheco, assim descrevia este período (*Diário*, 1980:7):

“[...] uma crise de desemprego muito grande, por causa de uma mudança de tecnologia nas empresas automobilísticas que não absorviam a mão-de-obra de Diadema, pelo seu alto índice de desqualificação, de gente oriunda da Bahia, Minas Gerais, Pernambuco, que tinha sido expulsa de sua terra de origem e que, não tendo nenhuma raiz em São Paulo, ficava [...] desnorteada e perdida e acabava abandonando seus filhos. [...] É o desinteresse total pelos homens. Os comissários de Diadema reuniram-se em minha pobre casa e conversaram muito tempo sobre as crianças abandonadas nas inúmeras favelas do lugar. Nós não temos nem sequer um juiz de menores próprio da cidade. As crianças ficam nas celas dos presos [...] para não permanecerem jogadas na rua [...], pois não há nenhum lugar para deixá-las”.

Até por volta de 1980, o município caracterizava-se pela ausência ou precariedade das políticas sociais, sobretudo para crianças e adolescentes empobrecidos. Os indicadores sociais, tais como mortalidade infantil, evasão escolar, patologias advindas de desnutrição e falta de saneamento, trabalho infantil, falta de médicos, hospitais e postos de saúde, precariedade habitacional e acidentes domésticos, apontavam para o mal-estar social do município (cf. o *Relatório do Departamento de Promoção Humana da Cidade de Diadema - 1984*, e o *Relatório e Parecer Final da CEI*, constituída pelo Decreto-Legislativo nº 03/84, p. 10). Nesse quadro de mal-estar, vários movimentos sociais de luta pela melhoria de qualidade de vida emergiram na cidade. O que mais se destacou foi o da habitação, diante da precariedade das moradias, pois um terço da população morava em favelas. Havia casos de até dez pessoas num só quarto, em locais insalubres.

Aos poucos, a administração pública foi revertendo esse quadro, principalmente desde 1982, quando a gestão foi assumida pelos prefeitos Gilson Menezes, José Augusto e José de Filippi, ligados ao PT. Para melhorar a qualidade de vida da cidade, essas gestões se nortearam

³ Diadema faz parte do cinturão industrial da Grande São Paulo. Está situada na Região Sudeste da área metropolitana da Grande São Paulo, distante 1.032 km do Distrito Federal, 17 km do marco zero da cidade de São Paulo e 8 km de São Bernardo do Campo. Mede 30,7 km², dos quais 15.336,157 m² estão ocupados com residências, 5.732,880 m² com indústrias e 1.124,850 m² com comércio; 5.540,183 m² são de área vazia e a área restante é de rodovias e reservas. Tornou-se município em 1960, com 12.287 habitantes. Em 1995, já possuía uma população estimada de 321.700 habitantes.

⁴ Em publicações de 1993 e 2002, descrevo a realidade de Diadema nesse período.

pelo imperativo filosófico da participação, uma vez que já havia um tecido político e diversas organizações na cidade. A concretização desse princípio, fundada na qualidade ambiental e na equidade social, teve como resultado a qualidade na prestação dos serviços públicos (cf. Souza Neto, 1993; 2002). A partir de 1983, “[...] Diadema começou a ganhar jeito de cidade e sua população sentiu o gosto da cidadania. Dez anos depois [...], somos referência para o país e até para setores da oposição”, dizia o Prefeito José de Filippi Jr. (*Diadema Jornal*, 08/12/1993:23). O “gosto da cidadania” impregnou a cidade e influenciou a formulação das políticas sociais. Os movimentos de habitação, saúde, educação, assistência, urbanização e transporte conseguiram a municipalização dessas políticas. A fala de D. Maria revela satisfação diante dos melhoramentos:

“Vivo nesta cidade faz 40 anos. Meus filhos nasceram aqui. [...] Ninguém respeitava a gente. Agora, [...] até o médico conversa com a gente. A gente aqui tem direito, agora. A gente lutou muito, andamos na lama, tínhamos vergonha de ir pra São Paulo, porque o sapato estava sempre sujo de lama. Hoje, gosto da minha cidade, tudo asfaltado.” (Dep., D. Maria, 55 anos, dona-de-casa, 1994.)

O bom encontro entre o PT e a população permitiu a urbanização da cidade, a criação de UBSs, algumas funcionando como pronto-socorro, mais hospitais públicos, escolas, centros de cultura, esporte e lazer, creches. Para ampliar o atendimento à criança, o poder público estabeleceu convênios com entidades assistenciais, igrejas de vários credos e associações populares. No que se refere a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade pessoal e social, a prefeitura e o CMDCAD firmaram convênio com o LMSJ. Nesse contexto, pode-se compreender que a municipalização das políticas sociais extravasa os reducionismos jurídicos e burocráticos, que a definem no limite das atribuições, competências e responsabilidades. A municipalização vai além desses trâmites, por ser uma estratégia de democratização das coisas públicas. A democracia possui um caráter subversivo, porque evidencia os conflitos sociais e possibilita a construção de canais para equacioná-los. A administração dos últimos doze anos conseguiu fazer a passagem do mal para um certo bem-estar social, por meio da municipalização das políticas de assistência e da participação popular:

“O espaço da assistência social, entendido como espaço de direito, traz [...] o resgate da cidadania, leva a população a sentir o prazer de participar e de ser bem atendida nos equipamentos públicos. [...] A nossa ação é construída dentro deste caráter que se funda em dois eixos, organizar o poder público como prestador de serviços e criar canais de participação da população no controle da administração. [...] Somente com a participação é que o poder público poderá priorizar suas ações e satisfazer as necessidades básicas e a mais elementar é o direito à vida, à sobrevivência.” (Dep., assistente social do Dep. de Ação Social e Cidadania, 1993.)

As práticas de solidariedade aparecem também como estratégia. De uma forma ou de outra, o sujeito pode apropriar-se delas como linhas de fuga de uma sociedade que se estrategiza (cf. Deleuze, 1993:19). Na cidade de Diadema, o LMSJ participou ativamente do processo que transformou a assistência em política social, como um direito de cidadania. Os atores envolvidos defendiam os seguintes critérios de negociação:

“1) Que as crianças não percam o vínculo com a comunidade. 2) Que sejam tratadas com dignidade. 3) Que não se destrua nelas o sonho de ser crianças. 4) Que a solidariedade, a articulação entre o poder público e a sociedade, e a comunhão não estejam presas a ideologias políticas ou religiosas, mas que a criança esteja acima de tudo e de qualquer interesse. 5) Que as ações voltadas para as crianças priorizem a qualidade do atendimento dessas.” (*Jornal Folha de Diadema*: 26/07/94.)

Esses cinco princípios norteavam a presença política do LMSJ nas negociações com as ONGs, o poder público e os políticos, para articulação de uma rede de proteção, conforme preconiza o ECA, artigos 86 a 102. A base dessa rede é constituída pelas ações governamentais e não-governamentais, que incluem as esferas locais, regionais, estaduais e federais. Essas ações são interligadas com a finalidade de garantir a proteção integral da criança e do adolescente, para

superar a doutrina de situação irregular que faz parte do complexo da doutrina de segurança da época da ditadura militar na América Latina. Essa cultura culpa o pobre pela pobreza, especialmente as faixas mais vulneráveis, como a criança e o adolescente. O modelo econômico latino-americano gerou uma catástrofe de mais de cem milhões de crianças e adolescentes destituídos de quaisquer direitos, que eram tratados pela doutrina de situação irregular. Esta forma de construir a política de atendimento à criança e ao adolescente respondia às exigências da doutrina de segurança na América Latina, em que a vítima, quando pobre, era sempre culpada. Era uma forma de compaixão-repressão. Na América Latina, os meninos e meninas pobres, vítimas de abusos, maus-tratos e outras mazelas eram julgados pela instância judicial.

Dois movimentos foram organizados para responder a essa realidade, um a partir do poder público, durante a gestão do PT, e outro liderado pelas entidades assistenciais dedicadas à criança e ao adolescente, com o objetivo de pressionar o governo municipal e estadual na formulação de políticas sociais e no estabelecimento de convênios, para melhorar a qualidade de atendimento. Nos embates que se seguiram, o LMSJ foi acusado de participar de tráfico de crianças para o Exterior, junto com os comissários, e de manter uma prática assistencialista. Essas acusações tinham o objetivo de desmobilizar sua força de participação nas pressões populares e encerrar suas atividades:

“Nós, aqui do Lar mexemos com um vespeiro. Fomos acusados. Mas ninguém acreditava nas acusações de que nós fazíamos tráfico de crianças para o Exterior. Nem mesmo nossos inimigos acreditavam nisso. Mas era uma maneira de desviar a atenção. Todos nós sofremos muito nesse período, principalmente D. Lázara e as crianças. A prova de que nós éramos inocentes é que nós não podíamos fazer um movimento que fosse contra nós mesmos. Nós queríamos que nossas crianças vivessem bem, que não sofressem violência dessas pessoas que estão no poder público, vestidas de carneiro e que são lobos. Mas o movimento foi bom, porque nós ficamos mais amigos. O resultado final foi que as autoridades passaram a olhar melhor para as crianças. O PT pôde trabalhar melhor [...] nós conseguimos comprar um terreno de 2.000 m² para fazer nosso trabalho. Só uma coisa era verdade, do que foi dito na CEI contra o Lar. É que nossa casa era pequena, que era suja e desorganizada [...] Mas o coração também é pequeno e sustenta o corpo. No final da CEI, Diadema e o Lar saíram ganhando, porque a democracia é isto. O autoritarismo, como o que tivemos, é que esconde tudo.” (Dep. de Expedito, diretor do LMSJ, 1992.)

Três elementos destacam-se nesse depoimento: a participação é construída, não é dada, e, às vezes, machuca os próprios protagonistas, mas é necessária para a consolidação do novo; o município é o local por excelência para se construir a *res publica*, pois nele todos podem participar. Mas pode ser também o *locus* da tirania, que os munícipes são convidados a exorcizar. Finalmente, a democracia é o espaço da desreificação e do estabelecimento de uma rede de proteção. De início, ao partir em defesa de seus usuários, o LMSJ foi acusado de algumas fragilidades, mas conseguiu reverter essa situação e ampliou o número de amigos, como um sinal do tecido democrático que se urdira durante o processo. Por um outro ângulo, ao envolver-se em confrontos pela implantação das políticas sociais, começou a tomar consciência de que também deveria rever sua prática.

Um caráter dialogal, de entendimentos e convencimentos perpassa a democracia. No processo democrático, deparamo-nos com as dificuldades de consolidação do novo. Mesmo os defensores das mudanças podem se equivocar num universo impregnado de cultura autoritária avessa às ações de garantia de direitos. É nesse sentido que se defende que o cotidiano é o espaço próprio das transformações, território dos movimentos que necessitam de interlocutores, no qual a prática vai apontando os caminhos para a novidade. O LMSJ tornou-se um dos agentes desse movimento no interior do município, junto com outros grupos e o poder público. Ao se enredar na teia democrática, a entidade viu-se obrigada à autocrítica e compreendeu que não é apenas o poder público que tem que se rever, mas também a própria sociedade civil.

A práxis pedagógica portadora de esperança acredita na criatividade dos homens, que se superam e atraem o futuro, e subsidia a criança e o adolescente para aprenderem a dialogar, interagir e “negociar” com o cotidiano. Ela é uma “[...] espécie de psicanálise histórica, social, cultural e política” (Freire, 1994:106) que ajuda o sujeito a desenvolver a capacidade de escolher dentro dos limites históricos pessoais e coletivos. Neste sentido, a cidadania ocorre numa

“[...] práxis coletiva que coaduna os pólos da construção social: o indivíduo e o da coletividade, quando se observa que o exercício contemporâneo da cidadania tende a ter por suporte a pessoa (suas necessidades e desejos), ao mesmo tempo em que se desenvolve via organismos sociais que têm por referência o coletivo” (Manzini-Covre, 1996a:70).

Há uma sinergia entre os protagonistas, a conjuntura política e a estrutura econômica. Consideramos que a atividade democrática faz aparecer o novo homem. Muitas vezes, o “[...] canto do cisne é de admirável esplendor, o novo une-se ao velho, as paixões abraçam-se nele de um modo incomparável” (Gramsci, 1978:362). Poderíamos dizer que o LMSJ e o movimento que se instaurou na cidade foram o canto do cisne, o prenúncio de um devir. Após este canto, a realidade não é mais a mesma como não o são as pessoas. A relação em que o homem faz a história e a história o faz não é uma partenogênese, exige intervenções. Talvez, no caso do LMSJ, a prática solidária de D. Lazara só pôde ganhar vida porque a cidade também se desenvolveu para acolhê-la. O mesmo espírito perpassou a comunidade, o poder público, a Igreja e as crianças e adolescentes. A fecundação foi propiciada por necessidades objetivas e subjetivas. A realidade não é monolítica e nem a soma de todos os elementos que a constituem. Depende de como esses elementos se articulam, em diferentes colorações e formas.

À medida que o LMSJ e outras entidades assistenciais lutavam para garantir os direitos das crianças e adolescentes, e o poder público criava as políticas sociais, melhorava a qualidade de vida da cidade. Esse processo foi de muita negociação e de acordos entre os envolvidos. Na democracia, há melhores condições de se equacionar a satisfação das necessidades, estabelecendo prioridades, uma vez que nem todas possam ser atendidas. O processo de negociação fez do LMSJ uma entidade sempre combativa. Participou

“[...] na cidade de todos os movimentos pela melhoria da qualidade de vida da criança e do adolescente. Lutou pela implantação do ECA na cidade. Essa luta não foi muito tranqüila, pois, apesar do Lar acreditar nesses princípios, muitas vezes tinha que rever sua prática, porque negava esses mesmos princípios. Como diz um educador, todos nós temos um oprimido e um opressor dentro de nós. O Lar também tem um oprimido e um opressor dentro de si, que, às vezes, lutam entre si, cometem equívocos. [...] A história de nossas lutas não foi fácil, pois o poder público tem um certo receio de nossa participação, mesmo a gestão sendo do PT, os técnicos tiveram muita dificuldade, no início, para entender nossas reivindicações, principalmente na área da assistência. Eles tinham medo, porque achavam que a assistência social era a base de toda a alienação. [...] Às vezes, quando um técnico tinha que redigir um texto-lei para ser um decreto municipal, redigia errado e a lei se voltava contra nós. Mas tudo isso conseguimos superar nessa história” (Dep., assistente social do LMSJ, 1994).

O processo democrático é sempre subversivo e, quando fundado na ética, produz mudanças na conduta do sujeito, do poder público e da cidade como um todo. Esse contexto possibilita aos sujeitos comprometidos com a ética resgatar “a reserva de solidariedade” existente na sociedade (cf. Manzini-Covre, 1996:79), num movimento que produz uma revolução cultural e subjetiva, enquanto “[...] um processo que não se dá sem sofrimento, pois é um elaborar de sentimentos que podem levar a novos valores e a possíveis práticas novas” (cf. Manzini-Covre, 1996:83). Portanto, o processo democrático produz sentidos que permitem a construção de diferentes projetos e fortalecem a alegria de viver. Por essa lógica, os abrigos não devem funcionar desligados de uma rede ou de um movimento, para não correrem o risco de perder sua politicidade criativa. Ao invés de espaços de proteção, seriam competidores do poder público e das famílias, deixando de servir à formação do protagonismo dos usuários.

Um levantamento nacional dos abrigos que recebem recursos do Governo Federal, feito pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, estima em vinte mil o número de crianças e adolescentes abrigados. Desta população, 87% possuem família; 58,5% dos meninos são negros, pobres e vivem há mais de dois anos em abrigos. A rede é importante quando dá prioridade à família; caso contrário, não passa do exercício de uma pseudobondade, contrária ao direito constitucional e internacional da convivência familiar.

3. A religião como meio de impulsionar a solidariedade criativa

O LMSJ nasceu para responder às necessidades dos sujeitos envolvidos no processo e adquiriu força não somente por responder aos carecimentos radicais da população infanto-juvenil, mas também porque buscou penetrar em outras esferas do município, numa prática que acabou por gerar uma rede de proteção. Consolar os aflitos e acolher os indigentes, órfãos e abandonados para conquistar o “reino dos céus” (*Evangelho de São Mateus*, Cap. 25) é a crença presente na origem do LMSJ. Esse projeto de vida, permeado de sonho e esperança numa sociedade fraterna, deixa o mundo da subjetividade e penetra na vida da comunidade, de onde se expande, numa prática solidária direcionada às crianças e adolescentes abandonados e, por vezes, aos adultos empobrecidos. À medida que saboreavam o acolhimento, a partilha, a confiança e a amizade, os envolvidos experimentavam o desejo de mudar de vida, tanto em pequenas coisas - como encontrar motivação para freqüentar a escola - quanto na vontade de abandonar a violência e a criminalidade. Os membros da comunidade que fundou o LMSJ descrevem como a religião ajudou o grupo:

“Tudo era movido a partir do dar, do se doar, porque refletíamos o texto bíblico do fim do mundo, onde está escrito para dar comida a quem tem fome, vestir os nus, visitar os doentes e presos, consolar os aflitos. A partir desse texto, não ficamos só entre nós, mas pedíamos comida para umas pessoas e nós íamos distribuir para os outros, que não pertenciam ao nosso grupo. O que nos movia naquela época era o sentido de grupo, e [...] D. Lázara, mesmo aqueles que faziam coisas erradas, ela acolhia. E quando a gente estava junto, ninguém roubava e nem usava drogas. Era regra do grupo. Alguns conseguiram deixar. Outros não tiveram tempo, porque foram mortos.” (Arquivo do LMSJ, 1992.)

O testemunho de fé dessa comunidade é uma experiência árdua que tem como último refúgio um Deus provedor e remunerador, que interpela “os pobres” e os convoca a lutar pela justiça e pelo direito, na fraternidade e solidariedade. “Acolher o dom gratuito do Pai supõe comprometer-se na luta pela justiça e criação da fraternidade; esta encontra, por sua vez, seu pleno sentido no reconhecimento da presença do amor libertador de Deus.” (Richard, 1983:38.) Neste caso, a religião não aparece como o “ópio do povo”, e sim como uma estratégia de enfrentamento de desilusões, frustrações e privações do cotidiano dessas pessoas, para as quais traz um sentido de esperança. Talvez se encontre aí uma visão escatológica da fé cristã, de que a nova Jerusalém não ocorre apenas na eternidade, mas já se inicia no presente. A concepção de fé que perpassa a vida deste grupo repercute na ação das pessoas, que começam a lutar por fraternidade, solidariedade e justiça (cf. Souza Neto e Schramm, 2005).

Por meio do acolhimento e da participação num grupo de referência, os indivíduos passam a ter noção de pertença, a responder a novos estímulos, a abandonar a situação anterior e a dar sentido à vida. O grupo ajuda-os a descobrir a possibilidade de melhorar a qualidade de vida: famílias são refeitas, crianças voltam a brincar e a freqüentar a escola. O sentido de grupo e a identidade entre os participantes movem a todos, com repercussões em toda a comunidade, como se vê num depoimento de uma das mães que tinham crianças atendidas por D. Lázara:

“[...] na minha porta sempre tinha a polícia ou um vizinho pra reclamar de meus filhos. Quando chegava do serviço, cansada, tinha que ouvir reclamações e às vezes [...] ir até à delegacia. Um tempo depois, foram desaparecendo a polícia e as reclamações da porta de minha casa, e as

crianças começaram a ir pra escola. Perguntei pra eles o que estava acontecendo e eles me disseram que era a mulher gorda que morava lá embaixo, perto do rio, que ensinava eles. Então, eu fui conhecer D. Lázara e D. Luíza. [...] Meus filhos até hoje têm muito carinho por elas” (Dep., D. Maria, 1993).

O tecido social que se formava durante o processo constituía as bases para a construção de uma rede de proteção fundada nas necessidades da população infanto-juvenil empobrecida. A comunidade buscava meios de responder à necessidade de carinho e encontro, para dar sentido à frustração das crianças e adolescentes que não possuíam sequer um espaço de lazer. A maioria deles já perdera o pai, e a mãe permanecia ausente o dia inteiro. “*Se fico em casa, cuidando dos filhos, o dinheiro não vem. Se vou trabalhar, os filhos ficam abandonados.*” Esses versos rezados nas liturgias das comunidades reproduziam o dilema das crianças, adolescentes e mães. Na gênese do LMSJ, o princípio norteador da comunidade era ser “[...] *movido a partir do dar, do se doar [...] dar comida a quem tem fome, vestir os nus, visitar os doentes e presos, consolar os aflitos*”.

Sensibilizada por esse princípio, a comunidade ia ao encontro daqueles que dela necessitavam e buscava, com eles, saídas para a melhoria da qualidade de vida. Crianças e adolescentes passaram a frequentar a escola, a criar identidade grupal, a aprender a lidar com os fracassos, ilusões e frustrações, a respeitar a si e aos outros. Esses elementos constitutivos são o tecido social da cidadania, que permite ao indivíduo encontrar o sentido de sua existência. Os projetos sociais que nascem a partir dos apelos, manifestações da vida, sentimentos e paixões presentes no cotidiano podem gerar as condições propícias à autonomia e à criatividade do sujeito. Lideranças comunitárias como D. Lázara, com sensibilidade para aglutinar todas as forças vivas de um determinado espaço, em vista do bem comum, podem ser caracterizadas como novos sujeitos públicos (cf. Manzini-Covre). Este espírito de doação o converte num meio facilitador da satisfação dos carecimentos da comunidade, em especial das crianças e adolescentes. Os garotos ficavam à beira do córrego, torturando animais e bêbados, provocando as pessoas:

“Eu tinha muito medo daquilo que eles faziam. [...] Então eu passei a pensar em agradar aquela ‘molecada’, para protegê-los também. [...] Comecei convidando-os para estourar pipocas [...] Eles entraram na minha casa, que era só de quarto e cozinha [...] Coloquei um disco na vitrola [...] A partir daí, eles vinham todos os dias. [...] Eu iniciei a formação religiosa e humana.” (Dep., D. Lázara, 1994.)

Todo processo de mudança causa medo e desconfiança. D. Lázara e a comunidade não tinham claro nenhum projeto político. Entretanto, o que faziam era um movimento que sensibilizava e levava algumas pessoas a tomarem determinadas atitudes. A ação interna do sujeito deve ser constantemente confrontada com a realidade (cf. Morin, 1989:162). A objetividade é necessária para reduzir os enganos que possam ser provocados pela subjetividade. O sinal de que D. Lázara está fazendo a vontade de Deus são as crianças e adolescentes abandonados que são acolhidos. Do mesmo modo, a subjetividade pode também clarear a objetividade. Nessa dinâmica, o sujeito é auto-organizador. D. Lázara tinha o hábito de buscar na oração respostas para enfrentar as adversidades e encontrar sentido na vida:

“Em oração me entreguei nas mãos do Cristo Mestre: Se é vossa vontade que eu cuide dessas crianças abandonadas, acolhendo-as, educando-as, amando-as e servindo-as em minha própria casa, Senhor, coloquei-as em minha porta. [...] Não quero glória e nem pagamento, quero, servindo-as, viver, concretizar minha fé em tua palavra.” (Dep., D. Lázara, 1995.)

Não falamos aqui de ações iluminadas por uma consciência sistematizada dos fatos correntes. Ao contrário, sua clareza consiste numa atuação que une a comunidade na luta por mudanças, impulsionada por uma ordem divina ou assumida como uma herança do passado. Os sujeitos do processo aceitam a tarefa como uma missão, conduzidos por um sentimento de justiça. Em função desse comprometimento dos agentes envolvidos, essa ação, no decorrer da

história, articula-se com outros projetos políticos e pode chegar a adquirir um caráter emancipatório mais abrangente. Quando a realidade os convocar para a luta, se ninguém aparecer, as reivindicações não se transformarão em atos libertários e o resultado se apresentará a todos como uma derrota. O LMSJ surge ao se estabelecer um tecido comunitário amadurecido pelos valores da solidariedade, da partilha e da amizade, constituintes da ética da vida. Observa-se o comprometimento da comunidade com a realidade que aponta para a necessidade de alguém ajudar as crianças e adolescentes, e com a religião, pois a líder da comunidade espera um “sinal da divina providência”, para iniciar os trabalhos. Este sinal se traduz no fato de “[...] Deus colocar uma criança” em sua porta, o que ocorre num curto espaço de tempo.

Como resultado da atuação carismática de D. Lázara⁵ na comunidade local foi surgindo um tecido social propício ao nascimento do LMSJ. No início, faziam muitas festas entre as famílias e cada um levava o que podia. “A Lázara dizia para as pessoas, dentro lá do seu espírito franciscano, que ser feliz é dar com alegria” (Dep., D. Luíza, irmã de D. Lázara, 1994). É certo que D. Lázara, ao fundar o LMSJ, tinha por objetivo o crescimento do Reino de Deus e transformar a cidade dos homens em cidade de Deus. Contudo, pela ótica da teologia da libertação, ao se empenhar na instauração desse Reino de justiça, igualdade, fraternidade e solidariedade, ela semeia a democracia:

“Nós pensamos, no início, formar uma grande família, vivermos como vivem as famílias, pois a casa e a família são lugares de encontro, de troca de idéias, de um ajudar o outro, do maior ajudar o menor, de estabelecer uma rede de proteção. Na hora do banho, de fazer comida, os maiores ajudarem os menores. Quanto à educação e saúde, freqüentar fora, usar aquilo que a [...] comunidade usa, fazer alguns trabalhos na casa para aprender a cuidar de suas coisas, pois somente num espaço assim, eu acredito, com uma pedagogia do amor, se pode gerar uma outra experiência para essas crianças superarem e aprenderem a lidar com as decepções, pois muitas delas desde que nasceram, foram sempre rejeitadas e passaram fome, tratadas como objetos, como lixo. Algumas parecem valer menos do que o lixo, porque em nossa sociedade o lixo é mais valorizado, é ensacado e tem um lugar para ficar.” (Dep., D. Lázara, 1994.)

O LMSJ não é expressão de um planejamento estratégico, mas a manifestação da fragilidade e da força humana, em que aparecem a fraqueza e a grandeza do sujeito. Nasce de um movimento em que o imaginário alimenta a ação e é por esta retroalimentado. Esta ação está circunscrita num conjunto de esferas sociais, econômicas, políticas, religiosas, comunitárias. Desde o início, defendia os interesses da comunidade e das crianças e adolescentes que estavam jogados na cidade, sem nenhum planejamento social e, de alguma forma, sem esperança de encontrar novas utopias na atitude solidária da comunidade. É um erro apagar a esperança, em nome de uma pseudodenúncia do fracasso ou em nome da verdade, minando “[...] as ilusões. Os homens se desviam do que não oferece mais nenhum projeto onde investir sua esperança” (Bertrand, 1989:30).

De alguma forma, na concepção dos fundadores do LMSJ, já havia uma certa intuição sobre a rede de proteção. Conta D. Lázara que, por volta de 1977, após a costumeira leitura bíblica da comunidade, foi visitar a favela:

⁵ “O líder carismático ganha e mantém autoridade exclusivamente provando sua força na vida. Se quer ser profeta, deve realizar milagres; se quer ser senhor da guerra, deve realizar feitos heróicos. Acima de tudo, porém, sua missão divina deve ser provada, fazendo que todos os que se entregam fielmente a ele se saiam bem. Se isso não acontecer, ele evidentemente não será o mestre enviado pelos deuses.” (Weber, 1980:287.) Carismático aqui é assumido nos termos de missão, na busca de salvaguardar a vontade de Deus e, ao mesmo tempo, de procurar fazer o bem ao outro, de exercitar a prática da solidariedade por ele estabelecida. D. Lázara, antes de morar em Diadema, viveu 28 anos enclausurada na Ordem da Imaculada Conceição, as Concepcionistas, um ramo dos Franciscanos, no convento de Sorocaba. Deixou o convento para viver uma consagração secular, um estilo de vida aprovado em 1947 pelo Papa Pio XII. Vinculou-se ao Instituto Catequético Secular São José e passou a trabalhar como auxiliar de enfermagem no Hospital São Paulo, na área de psiquiatria, onde se aposentou.

“Não era impulso meu que eu chegasse até lá. Vi uma garotinha deitada numa caixa. Era de uns três meses, mais ou menos, cheia de mosquitos no rosto. Eu afastei os mosquitos, limpei a chupeta e coloquei em sua boca. Aí, fui para dentro da favela visitar umas famílias. [...] No dia seguinte, voltei ao mesmo lugar e a criança estava lá, com uma mamadeira com água e trigo, que a mãe tinha deixado lá para qualquer criança ou adulto dar. Então eu resolvi fazer uma outra mamadeira e dar para a criança. Depois de uns dias, a criança ficou doente e foi internada no hospital. [...] Então, nós resolvemos cuidar dela. Ela ficou com desidratação e foi novamente para o hospital. Quando teve alta, acolhemos a criança e a mãe.” (Arquivo do LMSJ, 1985.)

Uma mistura de subjetividade e objetividade caracteriza esses acontecimentos, em que a realidade apresenta uma exigência correspondente a um anseio subjetivo. Neste caso, Deus, o sentimento religioso, desvela-se na realidade, como a objetividade se projeta na subjetividade. Esta realidade fica mais clara na resposta que D. Lázara dá a sua irmã, quando desafia sua prática religiosa, dizendo: “Rezar é muito fácil e fazer reuniões ainda mais. Quero ver você cuidar das crianças jogadas na beira do córrego. Se Deus colocar uma criança aqui na porta, eu aceito. Posso cuidar até de cinco.” (Arquivo do LMSJ, 1986.) Se D. Lázara acredita que Deus vai mandar a criança, também é certo que o contexto a encaminha. Jamais se chegará a uma clareza absoluta sobre a origem dessa criança, numa história em que realidade e ilusão se confundem, mescladas no cotidiano. D. Lázara se acredita movida por Deus, e a realidade confirma sua crença. O fato torna-se um sinal que corporifica a subjetivação e a objetivação presentes nos agentes dessa história. Podem ser uma manifestação de Deus como da própria realidade a indigência e desproteção da criança que se apresenta a D. Lázara para ser cuidada.

A comunidade decidiu concretizar o propósito feito durante suas orações de abrigar crianças e adolescentes abandonados, órfãos e vítimas de violência. Ficou acordado que D. Lázara e D. Luíza⁶ cederiam sua casa e parte dos salários, enquanto as mulheres da comunidade cuidariam da limpeza da casa, do banho das crianças, da lavagem de roupas e de outros afazeres, e os homens garantiriam as reformas e a manutenção da casa. A idéia inicial era permanecer com até cinco crianças, que a comunidade podia sustentar com recursos próprios. Entretanto, assim que os comissários de Diadema tomaram conhecimento do fato, passaram a levar mais crianças e adolescentes para a casa. Outros “menores” apareciam, sozinhos ou trazidos por policiais ou lideranças da cidade: “Onde ficam cinco podem ficar seis, porque, mesmo a casa da senhora sendo pequena, é melhor as crianças ficarem aqui do que morrer de fome, padecer na rua, ficar viciadas ou cair na bandidagem ou na prostituição.” (Arquivo do LMSJ, 1982.) O que movia o imaginário dessas senhoras e as conduzia a tomar uma posição a favor das crianças e dos adolescentes necessitados era a crença no Evangelho:

“Eu creio que esta obra voluntária aos menores abandonados é uma missão que a divina providência me confia. [...] Eu quero voluntariamente cooperar com a divina providência e servir aos menores abandonados, vendo neles a própria pessoa de Nosso Senhor Jesus Cristo. [...] Tudo que possuo quero repartir. [...] sem lesar a ninguém nos seus direitos. Terei como finalidade única o bem do menor, sua formação humana. [...] Jamais colocarei interesses de terceiros. [...] Jamais usarei violência, pancadaria, com os menores. Procurarei moralizá-los, conforme a lei de Deus e a tradição católica.” (Diário de D. Lázara, 1980:9.)

Esse procedimento tinha por objetivo acolher crianças e adolescentes abandonados e vítimas de maus-tratos, conviver com eles, para construir juntos uma experiência de vida com a ilusão e a desilusão, transformando o ambiente de violência. A articulação das forças sociais existentes na cidade, coordenadas pelo CMDCAD e o poder público, alteraram a concepção e a prática da assistência. Esse movimento modificou todos os equipamentos sociais da cidade,

⁶ Antes de implantarem o LMSJ, junto com a comunidade, D. Lázara e sua irmã D. Luíza moravam em Sorocaba. Nos anos 70, adquiriram uma casa de dois cômodos, em Diadema. Logo que chegaram, começaram a desenvolver, atividades voluntárias de cunho comunitário. Participavam da formação das comunidades eclesiais de base e organizavam festas com as crianças da redondeza e suas famílias, principalmente na Páscoa e no Natal. D. Lázara fazia a catequese das crianças, adolescentes e famílias. D. Luíza visitava as famílias para orientações de higiene.

governamentais ou não, bem como as pessoas envolvidas. O convênio com a prefeitura, a partir de 1993, levou o LMSJ a melhorar a qualidade do atendimento. Anteriormente, a instituição mantinha-se com doações em dinheiro, espécies e serviços, e recebia subvenções das esferas do poder público. Seu prédio fora construído em mutirão, sem qualquer planejamento, com sistema hidráulico e elétrico precários que não respondiam devidamente às exigências legais. O custo de uma reforma seria contraproducente, não sendo objeto do convênio, mesmo porque o terreno não pertencia à entidade. Esta conseguiu estabelecer uma rede de parcerias que resultou na construção de um prédio adequado e na organização de uma nova diretoria, que tomou posse no dia 8 de dezembro de 1996.

As novas regras do jogo, estabelecidas pelas diretrizes das políticas de assistência, de cuja implantação o próprio LMSJ participara, a par com as exigências determinadas pelo convênio, tornaram-se motivo de constantes choques entre os pareceres dos técnicos da prefeitura e a comunidade, especialmente D. Lázara. Entendiam os técnicos que o atendimento fundamentava-se nos direitos sociais e D. Lázara, representante da entidade, avaliava a criança e o adolescente a partir de critérios de religiosidade:

“A criança e o adolescente que atendemos não necessitam de ficar passando por psicólogos, nem psiquiatras, nem assistentes sociais, nem mesmo suas famílias. O que necessitam é de carinho, de acolhimento e de oração. Eu estou a serviço de Deus e não do Estado. Deus quer o bem das pessoas. O Estado tem interesse político [...] eles mantêm as pessoas no emprego para votar neles. Eu lutei para criar a política de assistência na cidade, para diminuir o número dos pobres. Uma vez que essa política começa a existir [...] não é mais Deus que comanda o atendimento dos pobres. Consegui sensibilizar as pessoas para fazerem um prédio para as crianças, a cidade hoje tem tudo asfaltado e iluminado, então acredito que é um sinal de Deus que a minha missão foi realizada e terminou. Agora, eu tenho que passar o Lar para outra diretoria que deve cuidar dele de forma mais profissionalizada do que misericordiosa. Usando de uma expressão bíblica, eu digo: É preciso que eu diminua, para que o Lar cresça.” (Dep., D. Lázara, 1995.)

D. Lázara e parte da diretoria do LMSJ entendem que a criança e o adolescente são enviados por Deus à entidade e devem ser recebidos como numa família, independentemente de uma avaliação profissional. A entidade que nascera da prática de uma religiosidade, sem, contudo, negar a miserabilidade da população, e que lutava pela melhoria da qualidade de vida, depara-se com as exigências de uma nova ordem, que vem questionar as próprias razões de sua atuação e o seu modelo. O desenrolar dos fatos, a criação das políticas sociais e a melhoria da qualidade de vida da cidade vão demonstrando à entidade a necessidade de alterar seus princípios. Até a fundadora reconhece que sua missão está concluída e que outros devem assumir a instituição, por uma outra perspectiva: “É preciso que eu diminua, para que o LMSJ cresça.” Iniciara o trabalho a partir de uma necessidade e entende que ele está terminando, quando vê que outros têm melhores condições de satisfazer os novos carecimentos emergentes.

O movimento, que se pode capturar no cotidiano do sujeito e da esfera pública, é que dinamiza a história. Talvez se possa dizer, com Marx, que os homens, mesmo na inconsciência disso, fazem a história. Muitas vezes, a criatura escapa ao criador, quando muitos de seus atos ganham projeções imprevistas e incontroláveis. As mudanças que provocam no indivíduo e na sociedade permitem mesmo suspeitar que a criatura se voltou contra o criador. Na realidade, criador e criatura já não são mais os mesmos. D. Lázara, a comunidade e o LMSJ são exemplos das inevitáveis mutações de homens, instituições e sociedades.

4. A construção do sujeito no abrigo

Concebemos o sujeito como produto e produtor da realidade, crivado pelas relações sociais e pelo outro, não como abstração filosófica. Por essa perspectiva, a autonomia não é algo imaterial e nem uma destruição radical do outro e da exterioridade, mas a possibilidade de

alargá-la a favor do sujeito. Construída na práxis, a autonomia é a capacidade do sujeito de se apropriar do discurso e da experiência do outro, de transformá-los para satisfazer suas necessidades. Ao desejar a autonomia, o sujeito não pode deixar de desejá-la para todos, o que não faz dela apenas um empreendimento individual ou coletivo, e também confere importância à participação do sujeito nas esferas públicas. A autonomia identifica-se

“[...] com o problema da relação do sujeito e do outro - ou dos outros [...] que não aparecem como obstáculos exteriores ou maldição - [...] mas como constitutivos do sujeito, de seu problema e de sua possível solução, lembra [...] que a existência humana é uma existência de muitos e que tudo que é dito fora desse pressuposto [...] é sem sentido. A intersubjetividade é [...] a matéria da qual é feito o social, mas esta matéria só existe como parte e momento desse social que ela compõe e que também pressupõe” (Castoriadis, 1986:130).

A importância do LMSJ como grupo de referência para a satisfação das necessidades e, portanto, de contribuição para a construção do sujeito, ajusta-se à perspectiva da emergência do sujeito numa dada realidade. Constituído por uma organização biológica que se refaz e se modifica, que o impele a buscar a satisfação das necessidades de alimentar-se, beber, dormir... O sujeito não é puro (cf. Morin, 1989:165), é expressão de um movimento, o que dificulta apanhá-lo enquanto totalidade. Talvez possamos acenar, com base numa leitura de Winnicott, que o LMSJ pode ser um seio positivo. Os fatos vão criando no grupo a amizade, que se poderia considerar um “sacramento” da nova sociedade em fermentação. Pode-se também observar a alegria de viver, mesmo que fragmentariamente. A amizade fortalece o grupo, que começa a conquistar seu espaço social. A tragédia das personagens passa a abrir condições para que desempenhem a antitragédia, a reversão da caoticidade, uma realidade nova que provoca o olhar criativo dos sujeitos, à medida que devem “beber do próprio poço”, para encontrar o significado da vida. Articulado com as questões da rotina e da exterioridade, este “poço” tem uma interface com os problemas da modernidade e os sistemas abstratos, numa dinâmica que possibilita uma certa visualização de que o sujeito produz o objeto e precisa dele (cf. Morin, 1989:164). Ressalte-se a impossibilidade de se compreender o sujeito de maneira isolada, sem estabelecer suas relações numa perspectiva de transversalidade. A confiança gerada no cotidiano é significativa para pôr limites à ansiedade, perspectiva que é importante em qualquer tipo de administração, seja no próprio cotidiano, nas empresas ou nos governos.

A rede de proteção como espaço de construção da subjetividade, de segurança e orientação para a criança e o adolescente não nega as lutas de classes. Aliás, apresenta uma forma específica dessas lutas. Ela perpassa as dinâmicas das lutas de classes já em sua gênese, mesmo porque responde às necessidades emergenciais da população pauperizada, muitas vezes excluída do processo produtivo. O sujeito se constrói por meio das relações dos homens entre si e com a natureza, concretiza-se na práxis, mesmo porque a dinâmica da subjetivação encontra eco na objetivação. Um dos desafios é que as mudanças sociais exigem uma “[...] transformação das relações sociais e humanas” (Heller, 1982:143). Vejamos uma amostra do fluxo do sujeito:

“Quando eu vim morar no Lar, eu tinha muito medo de tudo [...] eu não pedia, eu não falava. O que eu queria eu pegava. Eu batia nas pessoas. As pessoas ameaçavam falar com os comissários e o juizado de menores. [...] Eu morria de medo de apanhar [...] Depois de um tempo, comecei a falar o que eu queria, desde o dia que eu briguei com os educadores [...] Hoje falo o que quero, faço o que tenho vontade. A gente paga pela decisão [...] dói a barriga, mas assumo, porque luto pelo que quero. [...] Sei que não é fácil, quando a gente é pobre, conseguir as coisas. [...] aprendi que devo lutar até conseguir as coisas.” (Dep., Mariclara. Viveu cinco anos no LMSJ. 1993.)

Essa fala deixa entrever a complexidade da categoria sujeito. Mariclara descreve o temor de estabelecer um relacionamento com a exterioridade e dela extrair energias para lutar e tomar decisões. Com a ajuda dos educadores, consegue superar o medo e enfrentar os contratempos. A abrangência da categoria sujeito está nessa estruturação de elementos biológicos e culturais, que impulsionam o indivíduo ao encontro de si e do outro. Contudo, nem sempre os indivíduos

dispõem das condições necessárias para optar, uma vez que suas escolhas sofrem influências de múltiplas determinações. Uma criança, por exemplo, não vai morar na rua por uma escolha racional; ela é jogada para essa situação, circunstância que, obviamente, tem que enfrentar e com a qual procura lidar. As pessoas nem sempre escolhem o que querem, por força das adversidades. A história de José mostra que determinadas circunstâncias se encontram na base das opções:

“Fui pra rua, porque nem minha mãe e nem o homem dela me queriam, ele me batia e não me deixava brincar. Aí comecei a ficar um dia na casa de qualquer pessoa, depois ficava um dia na rua e voltava para casa, até que não voltei mais. Aí, o juizado me pegou e trouxe pra cá. E [...] fiquei até quando minha mãe separou do homem dela. Também eu briguei aqui no Lar e o juiz forçou minha mãe a me levar de volta pra casa dela. [...] Tem gente que pensa que a gente vive na rua, porque a gente gosta da rua [...] que vive em instituição porque gosta. A gente quer mesmo é viver com a família da gente. Apesar do Lar ter cuidado de mim, feito estudar, [...] eu me sentia como a Chispita, um cachorro sem dono.” (Dep., José. Viveu no LMSJ entre 10 e 16 anos. 1995.)

Quem dá vida aos objetos é o sujeito, mas, sem eles, o sujeito não pode sobreviver. Essa concepção de história não nega o sujeito e também não exclui dela outras dimensões, uma vez que não existe sujeito sem natureza, da mesma forma que a natureza sem o sujeito não faz a história. José constrói sua história não só a partir de escolhas racionais, mas também na busca de equacionar necessidades físicas, materiais e emocionais. No fato do padrasto mandá-lo embora, há uma questão material sobre onde morar e de quem receber sustentação emocional. Ser jogado para a rua não é escolha sua, mas, uma vez em determinada situação, ele busca transformá-la. Este parece ser o caso de José, que sai de casa, vai para a rua e é levado pelo acaso à entidade, onde, durante cinco anos, atormenta a vida de todos. Finalmente, o padrasto abandona sua mãe, a entidade pressiona o juiz e este força a mãe a recebê-lo de volta:

“Eu gostava muito das pessoas, mas eu queria mesmo era que minha mãe separasse daquele homem ruim. [...] Quando ela falou que separou, eu comecei a ‘aprontar e embaçar’, até que o juiz falou pra minha mãe me levar, porque ela tinha casa. [...] Recebia pensão do meu pai e ficava tudo pra ela e também a casa que era minha e da minha mãe, e a pensão também era minha, [...] o meu pai morreu e deixou pra nós. [...] Até hoje não perdoei minha mãe [...] ela mora na minha casa com meus dois irmãos daquele homem.” (Dep., José, 1995.)

Na trajetória de José e de outras crianças abrigadas no LMSJ, aparece o entrelaçamento de fatores alheios à mera escolha e de autodeterminação. No caso de José, o pai que morre, a mãe que arruma outro marido, ele que vai para a rua, o juiz que o encaminha ao LMSJ, sua volta para a mãe, o ciúme que sente dos irmãos, as estratégias que organiza para voltar para casa [...] demonstram que na vida cotidiana o homem age e “é agido”, porque é também “acionado pelo meio”. Poder-se-ia dizer que fazer a própria história é enfrentar os desafios da vida. O sujeito maduro é aquele que consegue abrir caminhos através das dificuldades, elaborar estratégias de sobrevivência dentro de contextos e situações definidas. É esse conjunto complexo que talvez permita pensar a constituição do sujeito - para além do ato de escolher - como saber utilizar os elementos externos a favor da realização dos próprios desejos.

O sofrimento que acompanha as crianças e adolescentes estava sempre estampado no seu semblante. O luto dominava sua vida, a ponto de não mais encontrar sentido em coisa alguma. Às vezes, a dor do sofrimento provoca reações psicossomáticas, no aparelhos respiratório e no digestivo. Alguns deixavam de comer ou comiam exageradamente, outros se tornavam agressivos ou apáticos. Eram sinais de pedidos de socorro daqueles que não haviam aprendido a lidar com o luto, jogar para fora sua dor e aproveitar-se dela para retroalimentar um projeto de vida. Talvez seja muita coisa para uma criança suportar. Quando o peso da exterioridade frustra à interioridade o espaço de manobra no exterior, tudo confirma o fracasso pessoal e reforça o medo de se abrir ao novo e de repetir o ocorrido. Um depoimento pode explicitar essa idéia:

“Meu pai foi morto pelo irmão dele, na minha frente e dos meus irmãos. Meu tio enfiou um garfo de jardim no peito dele. Eu fui morar com uma família que tinha um centro espírita e que usava

pessoas e animais para sacrifícios [...] Eu sofria bastante lá [...], até que um dia o vizinho que era da polícia me ouviu chorando e eles batendo em mim e denunciou pra uma assistente social ver o caso. Ela [...] me tirou de lá. Antes de vir para cá, fui levado a outra instituição que só tinha garotos, que era cuidada por travestis. Uma das pessoas não gostava de mim e judiava muito de mim. [...] A pastoral do menor me encaminhou pra cá [...] junto com meus irmãos. [...] No início, passei mal e me levaram para o hospital. Com o tempo, me adaptei.” (Dep., Kleiton, 1995.)

Quando chegou ao LMSJ, Kleiton precisou de internação hospitalar. Os educadores e os profissionais da área da saúde iniciaram uma estratégia pedagógica de visitas sistemáticas, para resgatar sua auto-estima e confiança. Com o passar do tempo, começou a se adaptar e a aprender a lidar com o luto. A presença da entidade é um ponto de referência constante na vida das crianças e adolescentes abrigados. Nela, cada um busca um encontro consigo, com o outro e a comunidade. Daí, a importância de um ambiente que reúna condições para ajudar a superar a tragédia vivida no espaço anterior. Kleiton foi buscar forças no sonho de rever o irmão ausente:

“Este sonho me segurou aqui no Lar, porque esperava reencontrar meu irmão e aqui foi o lugar que a gente se viu pela última vez. Eu espero que meu irmão apareça um dia aqui pra gente se ver. Mas hoje, já faz catorze anos, acho que meu irmão não vem mais, pois não sei se ele está vivo ou morto. Ele só falou pra ficar aqui, que ele preferia viver na rua, que as pessoas maltratam muito quem não pertence a sua família.” (Dep., Kleiton, 1995.)

As experiências anteriores criaram nele o medo de amar outras pessoas e de ser rejeitado ou maltratado. O medo de Kleiton foi tratado com terapias e apoio dos educadores, para ajudá-lo a se integrar e vivenciar uma nova experiência. Os sonhos desse adolescente eram estudar para ter um bom emprego, ser advogado para punir o tio e a madrasta, e encontrar o irmão. Isto o moveu para chegar à oitava série: “Estudo para colocar os culpados da morte do meu pai na cadeia.” (Dep., Kleiton, 1995.) Assim, conseguiu canalizar ressentimentos e frustrações. Se não se tornou advogado, pelo menos chegou à oitava série, o que o coloca no mesmo patamar de outras pessoas da cidade. Para concretizar seu sonho de encontrar o irmão e de viver com ele, começou a imaginar a compra de uma casa, onde poderia formar uma família. Estes sonhos foram se modificando com a ampliação de suas relações sociais. Da idéia inicial de ser advogado, conseguiu uma profissão de auxiliar de escritório; da expectativa de encontrar o irmão desaparecido, chegou à decisão de formar uma família. Esses são atalhos para manipular o cotidiano. Se as marcas de sua história não se apagaram, estar aberto ao novo já é uma conquista:

“É preciso valorizar os pequenos sonhos, para um dia realizarmos os grandes. E estes não se constroem sem o pequeno. Nós esperamos que as crianças recuperem a dignidade pessoal, [...] o que já significa um grande feito, independentemente da projeção social ou profissional. Acredito que a reconstrução de valores [...] passa por várias gerações. A preocupação é despertar nas crianças a valorização dos pequenos sucessos.” (Dep., D. Lázara, 1994.)

O sonho é uma força mobilizadora da vida. Mas o próprio objeto que dá sentido à exteriorização da subjetividade pode também sufocá-la e destruir a vida. Dir-se-ia que o desejo é a síntese das energias de vida e morte. Poderíamos elaborar aqui o conceito de negatriz, significando a assimilação, apropriação e transformação da frustração, segundo Garcia-Roza (1995). Mas não basta ter sonhos, é preciso possuir condições para implantá-los. É necessário derrubar as barreiras que se interpõem entre eles e a realidade. Com oito anos de idade, o sonho de Dione era ser advogada. Tirar o pai da cadeia era um motivo para que ela estudasse tenazmente. À medida que estudava, ia trazendo esse sonho para mais perto de si. A esperança fazia parte do real, pois estava impregnada de uma possibilidade. Era um sonho longínquo, mas que já começava a se concretizar. Na vida dessas crianças e adolescentes, o fio que liga passado, presente e futuro é feito dos sonhos impedidos, mas que gostariam de realizar. No presente, precisam encontrar os instrumentos que desatem os nós que o passado amarrou e antecipem o futuro. Geralmente, não conseguem concretizar a plenitude dos seus sonhos, mas dão um passo para a ética da vida.

“Cresci, vivi [...] feliz, [...] acreditando ou querendo acreditar que meu pai era inocente, que estava preso injustamente, [...] até o dia em que fui visitá-lo e o vi batendo a cabeça de uma pessoa contra a parede. [...] Esta cena bateu dentro da minha cabeça. [...] Chorei muito e lembrei [...] que meu pai tinha jogado minha irmã de ponta cabeça na parede, [...] e que está internada no hospital até hoje, vegetando. [...] O que mais doeu foi descobrir que meu pai é ruim [...] e que não vale a pena sair da cadeia. [...] Estudei até a oitava série, pensando em tirá-lo de lá. Pretendo continuar [...] Agora tenho minha família e estou pensando [...] fazer o colegial, eu e meu marido. [...] Só depois penso em ter filhos. [...] Meus irmãos moram comigo e minha irmã continua internada. [...] Vivi no Lar até os dezoito anos e, com a ajuda do Lar e de meus tios, construímos, no fundo da casa dele, uma casa pra nós. [...] Hoje, tenho vinte e um anos.” (Dep., Dione, 1993.)

Dione desejava ser advogada para livrar o pai da cadeia e, em torno disso, construiu seu sonho. O primeiro passo foi a dedicação aos estudos. Mas, ao ver o pai numa cena de violência, lembrou-se dele jogando sua irmã de cabeça contra a parede. A garota permanece, até hoje, numa vida vegetativa. Isto levou Dione a reformular o sentido do sonho que acalentava. Precisava beber da desilusão, reencontrar o significado da vida e elaborar um novo projeto de realização pessoal. Entre saltar do barco dos sonhos e passar a vegetar como a irmã, Dione decidiu construir uma nova família que viesse dar sentido a sua história.

O episódio rememorado leva Dione a matar simbolicamente o pai que destruiu seu sonho. A destruição dos objetos de desejo é o definhamento dos próprios desejos, quando não se aprendeu a lidar com as frustrações. Caso contrário, matar o objeto do desejo pode significar a construção de um novo sonho. Ante a impossibilidade de se satisfazerem todos os desejos, afirmam os especialistas que é preciso exorcizar alguns deles, para ceder lugar a outros mais condizentes com a busca e a construção da felicidade, como demonstra a experiência. Quando o educador consegue ajudar a criança e o adolescente a selecionar e pôr limites aos seus desejos, torna-se mais fácil reelaborar seus sonhos, como é o caso de Dione. Ela pode ver a morte do seu objeto motivador, sem perder a força para redefinir seu projeto de vida.

A subjetividade é a capacidade de dar sentido e valor às coisas, não por sua utilidade, mas pelo seu sentido. A essência do homem não está na exterioridade como utilidade. Move-se no interior, onde estão alocados a esperança e os sonhos. Não bastam, porém, alimentar sonhos e desenhar esperanças. É preciso perceber a forma pela qual os homens se organizam para satisfazer seus carecimentos. Feições das lutas de classes e sua contribuição para a estruturação do sujeito podem ser apreendidas na trajetória das crianças e adolescentes empobrecidos. A Constituição Brasileira e o ECA captam aspectos desse movimento impulsionado pela subjetividade e suscitado pela objetividade. Não basta, porém, entender que as leis resultam de embates sociais. É preciso que impregnem o cotidiano com os valores que sedimentam a ética da alegria.

Algumas das estratégias-limite de sobrevivência da população infanto-juvenil empobrecida são o furto, a agressão, a catarse, a amizade, a confiança, os sonhos e a importância de amar e ser amado. O fundamento para superação e encontro do sentido das frustrações é o amor. Interiorizar e exteriorizar a experiência amorosa ajudam a criança e o adolescente a sorver as frustrações, transformá-las em novos sonhos, desejar novos objetos, construir um projeto de vida e granjear a cidadania. Fugir a esse ciclo e permanecer preso às desilusões e privações é fechar e reduzir o próprio universo. É importante um espaço de referência favorável ao aprendizado do sentido das frustrações como um meio para aprimorar a arte de viver. Enfatiza Marx (1978:41) o caráter humano da sensibilidade e da paixão, como a força essencial que o impulsiona ao seu objeto. Por isso, o homem é “[...] um ser que padece [...] um ser apaixonado. A paixão é a força essencial do homem que tende energeticamente para seu objeto”.

Os depoimentos desvelam os carecimentos radicais que também formam o sujeito. Nesses carecimentos se incluem a democracia, o respeito ético e o direito à vida. É quase impossível de se satisfazerem os carecimentos radicais numa sociedade estruturada no eixo da

dominação-subordinação. A implantação da política da vida requer uma sociedade democrática, na qual, se nem todos os carecimentos podem ser satisfeitos, pelo menos encontram espaço para discussão. Alguns carecimentos, por sua vez, devem ser coibidos, principalmente a posse, a ambição e o poder, quando se voltam contra a ética da vida. Na sociedade democrática, a prioridade de satisfação dos carecimentos é justificada por argumentações. O convencimento da impossibilidade de satisfação de um determinado carecimento deve levar os grupos envolvidos a uma renúncia voluntária, sem colocar em xeque a validade dos carecimentos universalmente reconhecidos. Exemplificando, todos têm direito à educação e à saúde; entretanto, numa sociedade que não dispõe de recursos suficientes para garantir esses direitos, dá-se prioridade ao atendimento das crianças.

O sujeito é também aquele que consegue sonhar e ter um olhar antitrágico, que se apropria de sua história como motivação para um projeto de vida e luta para transformar sua realidade de morte em vida. Cada sujeito inventa e cria sua história. Quem não consegue sonhar e esperar, mesmo com ajuda de outras pessoas, talvez não supere suas tragédias. Os sonhos e o olhar antitrágico alocados no sujeito necessitam, para concretizar-se, das formas de navegar e das variáveis de manobras da exterioridade. Nessa perspectiva, esse espaço tem como objetivo ajudar a criança e o adolescente, definidos como um feixe de pulsões e de imaginação, a serem sujeitos autônomos, capazes de agir e de “ser agidos”, de comandar e de ser comandados, de “[...] aprender a aprender, aprender a descobrir, aprender a inventar” (Castoriadis, 1992:156) e aprender a extrair energias das adversidades. Essa visão extravasa a simples interiorização das normas, regras e instituições. É também transformá-las. Este é o papel do sujeito.

Bibliografia

- BERTRAND, M. O homem clivado - A crença e o imaginário. In: SILVEIRA, P., DORAY, B. (orgs.). *Elementos para uma teoria marxista da subjetividade*. São Paulo: Vértice, 1989.
- BOWLBY, John. *Formação e rompimento dos laços afetivos*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- CASTORIADIS, Cornelius. *O mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- COSTA, A. C. G. da. *De menor a cidadão*. Governo do Brasil: 1995.
- _____. e MENDEZ, E. G. *Das necessidades aos direitos*. São Paulo: Malheiros, 1994.
- DAGNINO, Evelina. *Sociedade civil e espaços públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: 34, 2000.
- _____. Notas de Deleuze. In *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: PUC-SP, 1993, págs. 13-32.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- GARCIA-ROZA, L. A. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Zahar, 1995.
- GRAMSCI, A. *Obras escolhidas*. São Paulo: Martins Fontes, 1981.
- HELLER, A. *Para mudar a vida, felicidade, liberdade, democracia*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- _____. *Além da justiça*. São Paulo: Civ. Bras., 1998.
- LA BOÉTIE, Etienne De. *Discurso da servidão voluntária*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- LEFEBVRE, H. *O marxismo*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1974.
- MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- _____. *No caminho de Hermes e Sherazade*. Taubaté: Vogal, 1996.
- MARX, Karl. In *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.
- MORIN, Edgar. *O método II*. Lisboa: Europa-América, 1989.
- OLIVEIRA, Francisco. O Surgimento do Antivalor. In: *Revista Novos estudos*, nº 27, São Paulo: Cebrap, 1988.
- POCHMANN et alii. *Atlas da exclusão social no Brasil*. Vols. 1 e 2. São Paulo: Cortez, 2003.
- REICH, Wilhelm. *Escuta, Zé Ninguém!* Lisboa: Dom Quixote, 1993.
- SOUZA NETO, João Clemente de. *Crianças e adolescentes abandonados, estratégias de sobrevivência*. São Paulo: Expressão & Arte, 2002.
- _____. *De menor a cidadão: filantropia, genocídio, políticas assistenciais*. São Paulo: Nuestra América, 1993.
- _____. e SCHRAMM, Yara. *Cristo Mestre, Único e Sumo Bem*. São Paulo: Expressão & Arte, 2005.
- WEBER, M. In: *Coleção Os pensadores*. São Paulo: Abril, 1980.